

BANCÁRIOS QUEREM aumento real, mais saúde e emprego

Foto: Wellington dos Santos



Delegados e delegadas de Brasília contribuíram para os debates e deliberações da 16ª Conferência Nacional dos Bancários

A 16ª Conferência Nacional dos Bancários aprovou na plenária final, realizada no domingo 27 em Atibaia (SP), a estratégia, o calendário e a pauta de reivindicações da Campanha 2014, que terá como eixos centrais valorização do piso salarial, defesa do emprego, fim da terceirização, reajuste de 12,5% e combate às metas abusivas e ao assédio moral.

Participaram da Conferência, aberta na sexta-feira 25, 697 bancários de todo o país, dos quais 634 delegados eleitos nas conferências regionais e estaduais (entre eles 442 homens e 192 mulheres), além de 63 observadores.

"Foi uma conferência extraordinária que nós fizemos aqui em Atibaia, com a participação de quase 700 bancários de todo o Brasil, mostrando que todos os estados estão participando e querendo mais do que nunca mobilizar os bancários para que a gente possa fazer com que as condições de trabalho nos bancos possam ser melhoradas, principalmente acabar com o assédio moral", avalia **Carlos Cor-**

deiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

"Definimos as prioridades da Campanha Nacional 2014 e vamos seguir o rito da negociação por eixo temático. Assim, discutiremos emprego, saúde e condições de trabalho, remuneração e segurança. Vamos convocar a categoria para intensificar a mobilização e mostrar para os clientes que as nossas reivindicações são justas", afirmou o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.

Os sindicatos, incluindo o de Brasília, vão entregar a minuta de reivindicações da categoria para a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) no próximo dia 11 de agosto (segunda-feira), às 11h, em São Paulo.

Agenda política

Os 634 delegados que participaram da conferência também aprovaram uma agenda política, com temas importantes da conjuntura nacional que precisam ser discutidos com os bancários e com a população, como marco regulatório da mídia visan-

do democratizar as comunicações, Conferência Nacional do Sistema Financeiro, Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político e defesa da plataforma da classe trabalhadora.

Calendário de luta

Sindicatos de todo o país se reunirão nos próximos dias para definir a data de entrega da pauta de reivindicações à Fenaban e o calendário de negociações e a data das seguintes atividades:

- **Dia Nacional de Luta pela Segurança.**
- **Dia Nacional de Luta contra a Terceirização.**
- **Dia Nacional de Luta pelo Emprego.**
- **Paralisação nacional de duas horas contra as metas abusivas.**
- **Dia Nacional de Luta no Santander.**
- **Mobilização Nacional pelo Plebiscito da Reforma Política.**
- **Mobilização Nacional pela Democratização da Mídia.**

Principais reivindicações

Piso: R\$ 2.979,25 (equivalente ao salário mínimo do Dieese em valores de junho último).

Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá: R\$ 724,00 ao mês para cada (salário mínimo nacional).

Reajuste salarial de 12,5%.

PLR: três salários mais R\$ 6.247.

Melhores condições de trabalho com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoecem os bancários.

Emprego: fim das demissões, mais contratações, aumento da inclusão bancária, fim da rotatividade, combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PL 4330 na Câmara Federal, do PLS 087 no Senado e do julgamento de Recurso Extraordinário com Repercussão Geral no STF. Além da aprovação da Convenção 158 da OIT, que proíbe as dispensas imotivadas. Veja aqui a Carta de Atibaia, manifesto dos bancários contra a terceirização aprovado pela Conferência.

Auxílio-educação: pagamento para graduação e pós.

Prevenção contra assaltos e sequestros. Cumprimento da Lei 7.102/83 que exige plano de segurança em agências e PABs, garantindo pelo menos dois vigilantes durante todo o horário de funcionamento dos bancos. Instalação de portas giratórias com detector de metais na entrada das áreas de autoatendimento das agências. Fim da guarda das chaves de cofres e agências por bancários.

Leia mais em bancariosdf.com.br

BB, Caixa e BRB

A Campanha Nacional dos Bancários 2014 tem formato de negociação de mesa única (bancos públicos e privados) para reivindicações gerais e mesas concomitantes para questões especí-

ficas de bancos. Também será mantido o formato de negociações por blocos de temas como saúde, segurança e questões econômicas. Somente após o esgotamento dos debates é que as negociações avançam para outro bloco.

Após três dias de debates, os bancários do BB e da Caixa aprovaram dia 8 de junho, em congres-

so nacionais realizados em São Paulo, as pautas específicas de reivindicações da Campanha Nacional de 2014. Confira a pauta dos bancários do BB e da Caixa em www.bancariosdf.com.br.

Já a pauta específica dos bancários do BRB será definida no seminário que vai ser realizado pelo Sindicato na sexta-feira (8).



Remuneração



Saúde e Condições de Trabalho



Reestruturação e Sistema Financeiro



Emprego

Reuniões em grupos aprofundam discussão dos temas centrais da Campanha

Emprego, remuneração, reestruturação do sistema financeiro, saúde e condições de trabalho. Para discutir detalhadamente todos os pontos que envolvem esses grandes temas, os 634 participantes da 16ª Conferência Nacional dos Bancários se dividiram em quatro grupos no sábado 26.

O primeiro grupo tratou da pauta referente ao emprego: corte de postos de trabalho, rotatividade e terceirização. O segundo envolveu a discussão sobre reestruturação no sistema financeiro, com questões como Banco do Futuro, correspondentes bancários e novas tecnologias.

Já o terceiro grupo envolveu os itens de remuneração: aumento real, Plano de Cargos e Salários, piso salarial e PLR (Participação nos Lucros e Resultados). E o quarto, tratou de saúde e condições de trabalho, ou seja, metas, assédio moral e segurança, entre outros pontos.

As questões discutidas nos grupos foram sugestões apontadas pelas conferências regionais e estaduais realizadas em todo o Brasil.

Pressão total para garantir emprego e combater terceirização

Os bancários que participaram do grupo de emprego aprofundaram temas essenciais para a categoria, como o combate à rotatividade, às demissões e à terceirização das atividades-fim, sobretudo o PL 4330, que precariza as condições de trabalho.

De autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), o projeto está pronto para ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados.

Para os bancários do grupo, a categoria também deve ficar de olho no Supremo Tribunal Federal (STF), que em maio deste ano, revendo decisão anterior, decidiu reconhecer Repercussão Geral à decisão que será tomada em processo judicial sobre a terceirização, o que também pode alterar completamente as relações de trabalho no país.

"Com o objetivo de barrar a terceirização, os



pela terceirização", afirmou o diretor do Sindicato **Rafael Zanon**, que participou do grupo emprego.

A maioria das propostas foi aprovada por consenso pelos bancários e bancárias que participaram do grupo.

Reestruturação Produtiva no Sistema Financeiro



segurança, por exemplo. "Também defendemos a universalização dos serviços bancários, com atendimento em agências e PABs, prestados exclusivamente por trabalhadores bancários", observou o secretário de Formação Sindical, **Antonio Abdan**, que participou do grupo Reestruturação Produtiva e Sistema Financeiro.

Remuneração

O grupo com debates mais acalorados deixou para a plenária final a definição do índice de reajuste salarial. Ao todo, foram apresentadas sete propostas, todas com aumento real. O grupo apontou também a defesa da valorização do piso e discutiu a contratação da remuneração variável, cuja defini-



ção também ficou para a plenária final. "Também debatemos questões como proteção salarial, 14º salário, auxílios cesta-alimentação, creche/babá e transporte, gratificação de caixa, participação nos lucros e resultados (PLR), entre outros", disse o secretário de Finanças do Sindicato **Wandeir Severo**, que participou do grupo Remuneração.

Saúde e Condições de Trabalho

O debate sobre metas abusivas e o combate ao assédio moral foi destaque no grupo. A falta de condições do trabalho em todos os bancos gerou discussões acaloradas para encontrar as soluções do problema. Os participantes do grupo debateram ainda a atualização da pauta de reivindicações para que os bancos cumpram a legislação de segurança e adotem as medidas necessárias para coibir sequestros e assaltos em agências, postos de atendimento e demais estabelecimentos.

Conforme os debates, as medidas de segurança devem agregar inclusive os espaços dos caixas eletrônicos e as agências de negócios, onde há guarda e manuseio de numerário.

"O grupo também aprofundou o debate sobre as reivindicações pelo fim das desigualdades nos bancos. A ideia é que sejam adotadas práticas para viabilizar a promoção de igualdade de oportunidades para todos", destacou o secretário de Saúde e Condições de Trabalho do



Sindicato **Wadson Boaventura**, que participou do grupo.

Após terrorismo, bancários aprovam moção de repúdio ao Santander

Foto: Caetano Ribas/Contraf-CUT



Participantes da Conferência Nacional ficaram indignados com banco espanhol

Na plenária final da 16ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada no domingo (27) em Atibaia (SP), os 634 delegados e delegadas também aprovaram por unanimidade uma moção de repúdio ao Santander, em resposta à carta enviada no mês de julho aos clientes de alta renda (Select), que foi classificada como terrorismo pela Contraf-CUT, uma vez que atenta contra a economia, a democracia e o povo brasileiro.

Em notícia publicada no blog de Fernando Rodrigues no portal do UOL na sexta-feira (25), o banco afirmou no extrato mensal aos clientes que o eventual sucesso eleitoral da presidente Dilma Rousseff irá piorar a economia do Brasil.

Foram também aprovadas moções de apoio ao aumento no número de empregados na Caixa Econômica Federal, de repúdio às demissões dos metroviários de São Paulo, apoio à

greve dos professores da Universidade de São Paulo (USP), repúdio à criminalização dos movimentos sociais e o assassinato em massa do povo palestino.

“O Brasil foi responsável por 20% do lucro mundial do Santander no primeiro trimestre deste ano. Mesmo assim, nós, bancários, e os clientes não somos ouvidos nem valorizados”, afirmou a secretária de Administração do Sindicato,



Rosane Alaby, que também é bancária do Santander. “Não vamos permitir que o banco continue demitindo e desrespeitando o Brasil e os brasileiros”, acrescentou a dirigente sindical.

Leia a íntegra da moção de repúdio aprovada:

Os delegados reunidos na 16ª Conferência Nacional dos Bancários repudiam a postura do banco Santander Brasil ao enviar comunicado a clientes de renda alta, no qual afirma haver “quebra de confiança e pessimismo crescente em relação ao Brasil”, e que se a presidenta Dilma Rousseff “se estabilizar ou voltar a subir nas pesquisas, um cenário de reversão pode surgir. O câmbio voltaria a se desvalorizar, juros longos retomariam alta e o índice da Bovespa cairia”.

Consideramos o gesto do banco irresponsável, não só com a economia, mas com a democracia brasileira. Uma instituição desse porte não pode, ainda que tenha preferência eleitoral, praticar especulação, agredir a imagem do país e pôr em dúvida a nossa estabilidade. Vivemos uma situação de cenário mundial complicado, mas com crescimento sustentável, inflação controlada, juros estáveis, geração de empregos e elevação da renda.

É inaceitável essa ingerência do banco espanhol tentando influenciar a disputa eleitoral contra a vontade soberana do povo que irá às urnas em 5 de outubro.

Delegados e delegadas presentes à 16ª Conferência Nacional dos Bancários

Seminário discute PL 4330 e risco do julgamento da terceirização no STF

O seminário “**A Terceirização no Brasil: Impactos, resistências e lutas**”, será realizado nos dias 14 e 15 de agosto, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em Brasília.

O encontro está sendo promovido pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, em parceria com o Grupo de Pesquisa “*Trabalho, Constituição e Cidadania*”, vinculado à Faculdade de direito da Universidade de Brasília (UnB).

O evento irá discutir medidas frente ao andamento dos projetos de terceirização que tramitam na Câmara (PL 4330/2004) e no Senado (PLS 087/2013) e as perspectivas de julgamento de terceirização no STF,



que neste momento analisa o Recurso Extraordinário apresentado pela empresa Celulose Nipo Brasileira (Cenibra), que havia sido condenada por terceirização ilícita em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.

Durante o seminário serão apresentadas pesquisas acadêmicas sobre o tema da terceirização, em seus vários aspectos, com espaço para debates e a construção de alternativas ao problema.

Miguel Pereira, secretário de

Organização da Contraf-CUT irá expor, no segundo dia de seminário, os problemas relacionados à terceirização e o adoecimento no setor bancário. “Os aspectos que perpassam a terceirização no Brasil são muito complexos e levam a uma grande precarização do trabalho, com muitas mortes e rebaixamento de direitos. Os trabalhadores querem assegurar seus direitos que são solapados pela terceirização e as empresas querem reduzir seus custos

e quebrar a organização sindical terceirizando. O Estado tem um papel importante na definição dessa mediação, senão o resultado será a precarização das relações de trabalho e o empobrecimento da classe trabalhadora”, alerta Miguel Pereira.

O evento também terá a participação de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e parlamentares. A abertura e o encerramento contarão com os conferencistas Luiz Gonzaga Belluzzo, economista e professor titular aposentado do IE/Unicamp, e Ricardo Antunes, professor titular de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

As inscrições para o seminário podem ser realizadas pela internet e também no local do evento.

Conferência aprova Carta de Atibaia, brado de guerra contra terceirização

Foto: Caetano Ribas/Contraf-CUT

Os 634 delegados e delegadas presentes à plenária final da 16ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada no domingo (27), aprovaram a Carta de Atibaia, manifesto em defesa da Constituição Federal, dos direitos humanos dos trabalhadores e contra a precarização do trabalho representado pela terceirização. No texto, os bancários conclamam a classe trabalhadora e demais segmentos da sociedade a se unirem para a defesa da dignidade do trabalho.

"Foi reaberta a disputa pela terceirização em nosso país. Os trabalhadores combateram o PL 4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), indo às ruas e conquistando seu espaço na defesa da Constituição e dos direitos dos trabalhadores", diz a carta.

No texto, os bancários alertam para os riscos da precarização das relações trabalhistas: *"Sabemos que o direito não é neutro. A manutenção das mobilizações de rua se faz necessário para que a sociedade brasileira perceba que o está em jogo, neste momento, é a própria liberdade e igualdade constitucionais que protegem a dignidade humana do trabalhador contra a atrevida manobra econômica do empresariado de rebaixar salários, aumentar o desemprego, baixar os custos de pessoal da empresa e implantar o autoritarismo capitalista."*

Confira, ao lado, a íntegra da Carta de Atibaia.



Bancários decidem intensificar campanha contra a terceirização

Em defesa da Constituição contra a precarização do trabalho pela terceirização

Os delegados e delegadas presentes à 16ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro vêm a público conclamar a classe trabalhadora e demais segmentos da sociedade a se unirem para a defesa da dignidade do trabalho, valorização do trabalho humano, contra o retrocesso social e a precarização do trabalho.

Também exigem a imediata revogação das resoluções do Banco Central do Brasil que instituíram a figura dos correspondentes bancários, que precarizam a condição de trabalho (bancários e comerciários), comprometendo o atendimento e sigilo bancário de clientes e usuários.

O Supremo Tribunal Federal (STF), após mais de 25 anos da consolidação da jurisprudência trabalhista que protege a precarização do trabalho, a violação à dignidade humana do trabalhador fixando limites para o processo de terceirização, admitiu a Repercussão Geral nos autos do ARE 713.211/MG para rediscutir a possibilidade da implantação da terceirização para toda atividade econômica, demonstrando a intenção de implantar o retrocesso social.

Foi reaberta a disputa pela terceirização em nosso país. Os trabalhadores combateram o PL

4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), indo às ruas e conquistando seu espaço na defesa da Constituição e dos direitos dos trabalhadores.

Todas as instituições públicas devem resgatar o compromisso da preservação das conquistas sociais, eliminando toda e qualquer forma de trabalho precarizado, em especial a terceirização.

Sabemos que o direito não é neutro. A manutenção das manifestações de rua se faz necessário para que a sociedade brasileira perceba que está em jogo, neste momento, é a própria liberdade e igualdade constitucionais que protegem a dignidade humana do trabalhador contra a atrevida manobra econômica do empresariado de rebaixar salários, aumentar o desemprego, baixar os custos de pessoal da empresa e implantar o autoritarismo capitalista.

Conclamamos as trabalhadoras e os trabalhadores bancários de todo o Brasil a unirem-se pela busca de nossos direitos, ocupando os espaços públicos para que a voz dos trabalhadores seja ouvida e impeça o retrocesso social.

Atibaia (SP), 27 de Julho de 2014